



**ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

SELEÇÃO PARA ESTAGIÁRIOS

CADERNO DE QUESTÕES

DIREITO - 04

Candidato: _____

Inscrição: _____ Instituição de Ensino: _____

Assinatura: _____
(conforme identidade)

INSTRUÇÕES

01. Só abra este Caderno após ler todas as instruções e quando for autorizado pelos fiscais da sala.
02. Ao abrir este Caderno, confira se ele contém 50 (cinquenta) questões objetivas.
03. Preencha os dados pessoais neste Caderno.
04. Não deixe nenhuma marca neste Caderno de questões que possa identificá-lo, sob pena de nulidade.
05. Nas respostas das questões deste Caderno, utilize apenas caneta esferográfica de cor preta ou azul.
06. Só marque uma resposta para cada questão.
07. Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião nem a prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe, única e exclusivamente, ao candidato interpretar e decidir.
08. Você terá 03 (três) horas para responder a todas as questões deste Caderno.



ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

1) De acordo com a prova no Código Civil marque a opção correta:

- a) o fato jurídico pode ser provado mediante: confissão, documento, testemunha, presunção e perícia;
- b) a confissão é irrevogável e nunca pode ser anulada;
- c) os documentos estrangeiros tem validade no Brasil, ainda que na sua língua original;
- d) a cópia fotográfica de documento, conferida por tabelião de notas, valerá como prova, não podendo ser impugnada sua autenticidade.

2) De acordo com o ordenamento jurídico pátrio, e portanto, a Teoria Geral do Processo, no desempenho de sua função jurídica o Estado regula as relações intersubjetivas através de duas atividades, que consiste a primeira na legislação e a outra ordem de atividade é a jurisdição. Em razão disso, assinale a alternativa correta quanto ao conceito de jurisdição.

- a) a jurisdição diz respeito ao poder que a Assembleia Nacional Constituinte possui ao elaborar toda a legislação processual constitucional.
- b) é somente o poder que determinados auxiliares da justiça possuem para desempenhar de forma eficaz o seu mister.
- c) nessa ótica a legislação e a jurisdição não são consideradas atividades distintas.
- d) a jurisdição consiste em dizer, que na atividade jurídica do Estado, este busca a realização prática das normas (legislação) em caso de conflito entre pessoas, assinalando, segundo o modelo contido nelas, qual é o preceito pertinente ao caso concreto. Ao tempo em que também desenvolve medidas para que esse preceito seja efetivado.

3) (II Defensoria Pública/SP – 2007) A diferença entre crime e contravenção penal está estabelecida:

- a) pelo Código Penal.
- b) pela Lei de Contravenções Penais.
- c) pela Lei n.º 9.099/95 (Juizados Especiais).
- d) pela Lei de Introdução ao Código Penal.

4) O Código Civil estabelece que são bens imóveis o solo e tudo quanto lhe é incorporado natural ou artificialmente, mas também indica outras hipóteses em que os bens podem ser considerados imóveis por opção legal. Sobre os bens, marque a alternativa **incorreta**.

- a) O direito à sucessão aberta considera-se imóvel para os efeitos legais
- b) Os móveis destinados a alguma construção, enquanto não forem empregados, conservam sua qualidade de móveis
- c) Os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem, não perdem o caráter de imóveis.



ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

d) As edificações, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, que forem removidas para outro local, são consideradas móveis.

5) Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) o nome da pessoa pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, quando não haja intenção difamatória;
- b) são pessoas jurídicas de direito privado: as associações, as sociedades, as fundações, as organizações religiosas e os partidos políticos;
- c) salvo estipulação em contrário, no pacto antenupcial, ambos os cônjuges, no regime da separação de bens, são obrigados a contribuir para as despesas do casal na proporção dos rendimentos de seu trabalho e de seus bens;
- d) prescreve em 3 (três) anos a pretensão de reparação civil, salvo disposição especial expressa

6) Laura, brasileira, solteira, com quatorze anos de idade, vive com a sua genitora, Sônia, que detém a sua guarda unilateral em decorrência da separação de seus pais. Certo dia, Laura, com a anuência do pai e às escondidas, pegou, furtivamente, as chaves do carro de sua mãe para ir passear com suas amigas. Logo que saiu de casa, ela colidiu o carro de sua mãe contra o carro de José. Diante dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- a) Se o pai de Laura desaparecer sem deixar notícias nem representante, ele será considerado ausente logo depois de transcorridas quarenta e oito horas de seu desaparecimento.
- b) Com seu nascimento com vida, Laura adquiriu sua personalidade e sua capacidade de fato.
- c) Laura poderá optar pelo domicílio de seu pai, já que, pelo princípio da igualdade, ambos os pais têm o mesmo direito sobre seus filhos.
- d) No caso do acidente provocado por Laura, por ser ela menor de idade, configura-se a possibilidade de transcendência da responsabilidade.

7) Gustavo completou 17 anos de idade em janeiro de 2010. Em março de 2010, colou grau em curso de ensino médio. Em julho de 2010, contraiu matrimônio com Beatriz. Em setembro de 2010, foi aprovado em concurso público e iniciou o exercício de emprego público efetivo. Por fim, em novembro de 2010, estabeleceu-se no comércio, abrindo um restaurante. Assinale a alternativa que indica o momento em que se deu a cessação da incapacidade civil de Gustavo.

- a) No momento em que iniciou o exercício de emprego público efetivo.
- b) No momento em que colou grau em curso de ensino médio.
- c) No momento em que contraiu matrimônio.
- d) No momento em que se estabeleceu no comércio, abrindo um restaurante.



ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

8) Segundo a Lei de Introdução às normas do direito brasileiro, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.
- b) nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia cento e vinte dias depois de oficialmente publicada.
- c) se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada a correção, o prazo de vacatio legis começará a correr da nova publicação.
- d) As correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.

9) Analise as seguintes proposições a respeito da capacidade civil.

I. A emancipação voluntária pode ser concedida pelos pais, mediante instrumento particular autêntico, independentemente de homologação judicial, se o menor tiver dezesseis anos completos.

II. São relativamente incapazes os ébrios habituais que tenham discernimento reduzido.

III. Pessoa que sofreu grave acidente e encontra-se em coma por vários meses pode ser interditada como absolutamente incapaz.

IV. Declarado nulo o matrimônio e reconhecido o casamento putativo em favor daquele que alcançou a capacidade por força do casamento, a emancipação continua válida e produz todos seus efeitos. Está correto o contido apenas em:

- a) I, II e III.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) II, III e IV.

10) Maria vendeu um automóvel a Alfredo, alegando estar livre e desembaraçado de ônus. Porém, um mês após a tradição, o bem foi penhorado e arrematado por dívidas de Maria anteriores à venda. Em razão desse fato, assinale a alternativa correta.

- a) Alfredo tem direito à restituição integral do preço que pagou em decorrência da evicção.
- b) Não se operou a evicção, uma vez que a constrição do bem é posterior à alienação.
- c) Alfredo terá direito a receber o preço que pagou se houver cláusula expressa para reforçar esse tipo de perda.
- d) Não pode Alfredo demandar pela evicção porque ela não subsiste para constrições judiciais.

11) Acerca da teoria geral dos contratos, assinale a alternativa **incorreta**.

- a) A proposta de contrato sempre obriga o proponente.



ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

- b) As cláusulas ambíguas dos contratos de adesão devem ser interpretadas de maneira mais favorável ao aderente.
- c) Não pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva.
- d) Nos contratos bilaterais, nenhum dos contratantes, antes de cumprida a sua obrigação, pode exigir o implemento da do outro.

12) Quanto à forma, as Constituições podem ser:

- a) apenas do tipo material.
- b) restritas a formais e materiais.
- c) unicamente formal.
- d) escritas ou costumeiras.

13) Podemos afirmar que os princípios constitucionais à luz da atual Constituição Federal:

- a) servem apenas de regras que podem anular outras regras em conflito com todo o ordenamento jurídico.
- b) são normas que estão subordinadas a todas as Leis Federais.
- c) servem de condutores para a interpretação válida da Constituição.
- d) possuem influencia secundária, pois estão subordinados de um modo geral às regras jurídicas.

14) Indique abaixo, com esteio no artigo 1º da atual Constituição Federal, quais os princípios que servem de fundamento para o Estado Brasileiro.

- a) somente a cidadania, os valores econômicos e coletivos, e a dignidade da pessoa humana.
- b) apenas dois princípios: a soberania e a cidadania, pois representam a base do Estado Democrático de Direito.
- c) a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- d) soberania, garantia do desenvolvimento nacional, redução das desigualdades sociais e regionais, prevalência dos direitos humanos, defesa da paz e solução pacífica dos conflitos.

15) De acordo com o artigo 5º da atual Constituição Federal, assinale abaixo, quais são dos direitos da personalidade que foram elevados à categoria de direitos fundamentais.

- a) somente a imagem das pessoas e a vida privada.
- b) intimidade, vida privada, honra e a imagem das pessoas.
- c) a constituição entendeu ser apenas importante a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.



ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

d) a constituição assinalou somente a intimidade e a honra como direitos fundamentais dessa categoria, assegurada a garantia de ação indenizatória pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

16) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende:

- a) somente a União, os Estados, o Distrito Federal, e os Territórios.
- b) União, Estados e seus municípios e os Territórios que são os únicos citados pela atual Constituição Federal.
- c) União, Estados, Distrito Federal e os Municípios.
- d) a sua organização contempla apenas a União, os Territórios e o Distrito Federal, que são vinculados entre si, e portanto não possuem autonomia.

17) Assinale a resposta correta, quanto à competência privativa da União para legislar sobre determinadas matérias na forma do artigo 22 da atual Constituição Federal.

- a) direito processual, custas dos serviços forenses e procedimentos em matéria processual.
- b) proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas, preservar as florestas, a fauna e a flora.
- c) assistência jurídica e defensoria pública.
- d) proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.

18) Segundo o artigo 44 da atual Constituição Federal, o Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema:

- a) unicamente majoritário.
- b) tanto majoritário como formal, em que os eleitores comparecem pessoalmente às urnas para votar no candidato de sua preferência.
- c) proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.
- d) misto, que permite o exercício democrático do voto.

19) De acordo com o artigo 92 da atual Constituição Federal, são órgãos do Poder Judiciário:

- a) o Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça, o Superior Tribunal de Justiça, os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais, os Tribunais e Juízes do Trabalho, os Tribunais e Juízes Eleitorais, os Tribunais e Juízes Militares, os Tribunais e Juízes dos Estados, e o Ministério Público da União.
- b) o Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça, o Superior Tribunal de Justiça, os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais, os Tribunais e Juízes do Trabalho, os Tribunais e Juízes Eleitorais, os Tribunais e Juízes Militares, os Tribunais e Juízes dos Estados, o Ministério Público da União e dos Estados.



ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

c) o Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça, o Superior Tribunal de Justiça, os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais, os Tribunais e Juízes do Trabalho, os Tribunais e Juízes Eleitorais, os Tribunais e Juízes Militares, os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.

d) o Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça, o Superior Tribunal de Justiça, os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais, os Tribunais e Juízes do Trabalho, os Tribunais e Juízes Eleitorais, os Tribunais e Juízes Militares, os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios, o Ministério Público da União e dos Estados e a Defensoria Pública.

20) Marque a alternativa correta sobre o conceito de Filosofia do Direito.

a) é rigorosamente, uma disciplina jurídica.

b) a filosofia do direito não é uma disciplina jurídica, pois é um ramo da filosofia que se ocupa do direito.

c) somente estuda a moral visando a sua aplicação na sociedade.

d) não transcende o plano meramente normativo, pois que não há interesse em aquilatar o mérito de justiça das normas jurídicas.

21) Assinale a resposta correta sobre a História da Filosofia do Direito.

a) a compreensão da filosofia do direito não é a compreensão de sua história, por ser o direito um objeto histórico-social variável.

b) ela nasceu necessariamente com o direito natural e por isso não teve qualquer influencia do capitalismo.

c) o recurso à história da filosofia do direito é sistemático e didático, com a finalidade de conhecer profundamente cada pensamento jusfilosófico.

d) nasceu somente a partir do socialismo que destina-se a promover o bem comum pela transformação da sociedade.

22) Acerca das origens da teoria do “contrato social”, para Heráclito(c.535-c.475 a.C), a “vida é luta”, tendo em vista este fato libertar a ordem social daquela concepção que a submetia a uma panteísta norma divina. Podemos afirmar a partir dessa conclusão político-jurídico-filosófica, apresentada pelo referido pensador que tal condição colocava por terra a concepção panteísta da norma divina, segundo a qual:

a) só Deus é real, a soma de tudo quanto existe.

b) somente os homens em sociedade é que deveriam decidir os rumos do seu destino político.

c) a sociedade organizada deveria agir de acordo com um “contrato social” preestabelecido.

d) o Estado deveria ser regido por uma norma divina e um governo dos homens.



ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

23) A partir da teoria contratualista de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), percebemos uma nova roupagem para a teoria do “contrato social”, em que esse filósofo formula a teoria do Estado (convenção entre os homens), onde defende:

- a) somente o princípio da liberdade, em que os homens decidem enquanto divididos em grupos organizados, os rumos políticos do Estado.
- b) os princípios do feudalismo.
- c) os princípios do absolutismo.
- d) o princípio da soberania popular.

24) Analise as afirmativas e assinale a alternativa correta:

I – Jurisprudência é o conjunto uniforme e constante de decisões judiciais dos Tribunais sobre determinadas matérias.

II – Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais do direito.

III – Na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum.

- a) Estão corretas apenas a I e II;
- b) Estão corretas apenas a I e III;
- c) Todas estão corretas;
- d) Nenhuma está correta.

25) Espécie de interpretação que se baseia na investigação da *ratio legis*, vez que busca o sentido e o alcance da lei, ou seja, é a investigação do fim ou da razão da lei para fixar-lhe o seu real sentido.

A definição acima se refere à espécie de interpretação indicada na alternativa:

- a) Interpretação Sistemática;
- b) Interpretação Histórica;
- c) Interpretação Racional;
- d) Interpretação Gramatical ou Literal;

26) Analise as afirmativas sobre Relação Jurídica e assinale a alternativa correta:

I – O sujeito Ativo é a pessoa natural ou jurídica que, na relação ocupa a situação jurídica ativa, ou seja, é o portador do Direito Subjetivo, aquele que tem o poder de exigir do sujeito passivo o cumprimento do dever jurídico ou da obrigação;

II – O Sujeito Passivo é o elemento que não integra a relação jurídica;

III – Objeto é o fim específico visado pela relação jurídica que nunca recai sobre um bem patrimonial ou não patrimonial.



**ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

- a) Apenas a I está correta;
- b) Apenas a II está correta;
- c) Apenas a III está correta;
- d) Nenhuma está correta.

27) A doutrina afirma que o costume exerce duas funções: a de Direito subsidiário, servindo para completar o Direito escrito e lhe preencher as lacunas; e a de elemento de Hermenêutica, auxiliar da interpretação. Ainda sobre o costume, sabe-se que existem três espécies: *secundum legem*, *proeter legem* e *contra legem*. Acerca das afirmativas sobre as espécies de costumes assinale a alternativa correta:

I – Costume *secundum legem* é aquele previsto no texto escrito, que a ele se refere, ou manda observá-lo em certos casos, como Direito subsidiário.

II – Costume *proeter legem* é aquele que preenche as lacunas das normas positivas e servindo também de elemento de interpretação.

III – Costume *contra legem* é aquele que se forma contrariando as disposições escritas.

- a) Estão corretas apenas a I e II;
- b) Estão corretas apenas a I e III;
- c) Estão corretas apenas a II e III;
- d) Todas estão corretas;

28) Tendo em vista, o que consta na Constituição Federal de 1988 acerca do Ministério Público e de suas atividades, assinale a alternativa correta.

- a) Os princípios institucionais do Ministério Público são a unidade, a indivisibilidade e a inamovibilidade.
- b) O Ministério Público abrange o Ministério Público da União e os Ministérios Públicos dos Estados.
- c) O membro do Ministério Público pode exercer a advocacia, desde que a causa não conflite com suas atribuições funcionais.
- d) O controle interno da atividade policial é uma das funções institucionais do Ministério Público.

29) No que tange aos princípios inerentes à jurisdição, aquele segundo o qual ninguém será processado nem sentenciado, senão pela autoridade competente, sendo proibida a criação de juízo ou tribunal de exceção, chama-se Princípio:

- a) do juiz natural.
- b) da investidura.
- c) da prorrogabilidade.



ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

d) da territorialidade.

30) Com relação à competência interna, prevista no Código de Processo Civil, considerando as assertivas abaixo:

- I. nas ações fundadas em direito real sobre móveis é competente o foro da situação da coisa, não podendo o autor optar pelo foro do domicílio ou de eleição;
- II. as ações em que o ausente for réu correm no foro do domicílio do autor, que é também o competente para a arrecadação, o inventário, a partilha e o cumprimento de disposições testamentárias;
- III. é competente o foro do domicílio ou da residência do alimentante, para a ação em que se pedem alimentos;
- IV. é competente o foro do lugar onde está a sede, para a ação em que for ré a pessoa jurídica;

Assinale a opção CORRETA:

- a) Os itens I, III e IV estão incorretos.
- b) Os itens I, II e III estão incorretos.
- c) Os itens II, III e IV estão incorretos.
- d) Todos os itens estão incorretos.

31) (FCC - 2009 - TJ-PA - Analista Judiciário - Oficial de Justiça) Para a configuração do crime culposo, além da tipicidade, torna-se necessária a prática de conduta com

- a) inobservância do dever de cuidado que causa um resultado cujo risco foi assumido pelo agente.
- b) inobservância do dever de cuidado que causa um resultado desejado, mas previsível.
- c) inobservância do dever de cuidado que causa um resultado não desejado e imprevisível.
- e) observância do dever de cuidado e vontade consciente.

32) (FCC - 2007 - TJ-PE - Técnico Judiciário - Área Administrativa) Considere as afirmativas abaixo.

- I. Está consumado o crime quando o fato concreto se subsume ao tipo abstrato descrito na lei penal.
- II. São elementos da tentativa, a cogitação do crime, os atos preparatórios e os atos de execução.
- III. No arrependimento eficaz, o agente, embora tenha iniciado a execução do crime, não a leva adiante, abandonando a sua realização.
- IV. Para a caracterização da desistência voluntária, é imprescindível que o agente esgote os atos de execução e em seguida atue evitando que o resultado ocorra.



ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

V. Salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços.

É correto APENAS o que se afirma em:

- a) I e V.
- b) I, II e IV.
- c) I, III e V.
- d) IV e V.

33) (TJ-SC - 2009 - TJ-SC - Analista Jurídico) Acerca da inimputabilidade penal, pode-se afirmar que:

I. A emoção ou a paixão não prejudicam a imputabilidade penal.

II. É inimputável o agente que, por embriaguez, proveniente de caso fortuito ou força maior, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteira ou parcialmente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

III. É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

IV. Os menores de 18 (dezoito) anos são penalmente imputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial.

- a) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições I, II e IV corretas.
- c) Somente as proposições I e III estão corretas.
- d) Somente a proposição III está correta.

34) (CESPE - 2012 - TJ-RO - Técnico Judiciário) Em cada uma das opções abaixo, é apresentada uma situação hipotética acerca dos crimes em espécie seguida de uma assertiva a ser julgada. Com base nas disposições do Código Penal, assinale a opção cuja assertiva esteja correta.

a) Uma pessoa cometeu crime de lesão corporal seguida de morte logo após ter sido provocada injustamente pela vítima, estando, dessa forma, sob o domínio de violenta emoção. Nessa situação, o juiz poderá reduzir a pena.

b) João, sabendo ser mentira, acusou publicamente José de ter furtado o relógio de Juca. Nessa situação, João responderá pelo crime de difamação.

c) Um homem, após graves ameaças, subtraiu as joias de sua genitora. Nessa situação, em virtude de o homem ter cometido crime contra o patrimônio em desfavor de sua ascendente, ele será isento de pena.

d) Uma pessoa apropriou-se de coisa alheia que veio ao seu poder por erro ou força da natureza. Nessa situação, a pessoa não cometeu crime.



ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

35) (CESPE - 2012 - TJ-AL - Auxiliar Judiciário) Assinale a opção correta acerca dos delitos contra o patrimônio e do crime de homicídio.

- a) Tratando-se de delito de furto, equipara-se a coisa móvel a energia elétrica ou qualquer outra que tenha valor econômico, como o sinal de TV a cabo.
- b) Independentemente de ter praticado o crime sozinho ou de ter contado com a ajuda de um comparsa, o agente condenado pela prática do delito de furto receberá a mesma pena.
- c) Aquele que, com a intenção de roubar, empregar violência que resulte na morte da vítima responderá pelo delito de homicídio.
- d) Aquele que, com o fim de obter qualquer vantagem como condição do resgate, sequestrar alguém deverá responder pelo delito de extorsão indireta.

36) (FGV - 2013 - OAB - Exame de Ordem Unificado - X - Primeira Fase) José e Maria estavam enamorados, mas posteriormente vieram a descobrir que eram irmãos consanguíneos, separados na maternidade. Extremamente infelizes com a notícia recebida, que impedia por completo qualquer possibilidade de relacionamento, resolveram dar cabo à própria vida. Para tanto, combinaram e executaram o seguinte: no apartamento de Maria, com todas as portas e janelas trancadas, José abriu o registro do gás de cozinha. Ambos inspiraram o ar envenenado e desmaiaram, sendo certo que somente não vieram a falecer porque os vizinhos, assustados com o cheiro forte que vinha do apartamento de Maria, decidiram arrombar a porta e resgatá-los. Ocorre que, não obstante o socorro ter chegado a tempo, José e Maria sofreram lesões corporais de natureza grave. Com base na situação descrita, assinale a afirmativa correta.

- a) José responde por tentativa de homicídio e Maria por instigação ou auxílio ao suicídio.
- b) José responde por lesão corporal grave e Maria não responde por nada, pois sua conduta é atípica.
- c) José e Maria respondem por instigação ou auxílio ao suicídio, em concurso de agentes.
- d) José e Maria respondem por tentativa de homicídio.

37) (FGV - 2012 - OAB - Exame de Ordem Unificado - VIII - Primeira Fase) Analise detidamente as seguintes situações:

Casuística 1: Amarildo, ao chegar a sua casa, constata que sua filha foi estuprada por Terêncio. Imbuído de relevante valor moral, contrata Ronaldo, pistoleiro profissional, para tirar a vida do estuprador. O serviço é regularmente executado.

Casuística 2: Lucas concorre para um infanticídio auxiliando Julieta, parturiente, a matar o nascituro – o que efetivamente acontece. Lucas sabia, desde o início, que Julieta estava sob a influência do estado puerperal.

Levando em consideração a legislação vigente e a doutrina sobre o concurso de pessoas (concursum delinquentium), é correto afirmar que



ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

- a) no exemplo 1, Amarildo responderá pelo homicídio privilegiado e Ronaldo pelo crime de homicídio qualificado por motivo torpe. No exemplo 2, Lucas e Julieta responderão pelo crime de infanticídio.
- b) no exemplo 1, Amarildo responderá pelo homicídio privilegiado e Ronaldo pelo crime de homicídio simples (ou seja, sem privilégio pelo fato de não estar imbuído de relevante valor moral). No exemplo 2, Lucas, que não está influenciado pelo estado puerperal, responderá por homicídio, e Julieta pelo crime de infanticídio.
- c) no exemplo 1, Amarildo responderá pelo homicídio privilegiado e Ronaldo pelo crime de homicídio simples (ou seja, sem privilégio pelo fato de não estar imbuído de relevante valor moral). No exemplo 2, tanto Lucas quanto Julieta responderão pelo crime de homicídio (ele na modalidade simples, ela na modalidade privilegiada em razão da influência do estado puerperal).
- d) no exemplo 1, Amarildo responderá pelo homicídio privilegiado e Ronaldo pelo crime de homicídio qualificado pelo motivo fútil. No exemplo 2, Lucas, que não está influenciado pelo estado puerperal, responderá por homicídio e Julieta pelo crime de infanticídio.

38) Relativamente à responsabilidade civil, assinale a assertiva correta.

- a) A responsabilidade dos pais pelos atos danosos praticados por seus filhos deriva de uma culpa presumida (*in vigilando* ou *in educando*, conforme o caso). Assim, presumem-se eles culpados – e, conseqüentemente, responsáveis –, salvo se provarem ausência de culpa.
- b) A responsabilidade dos empregadores pelos atos de seus empregados pode abranger inclusive atos praticados com abuso ou desvio de suas atribuições, até mesmo fora do horário em que prestam seus serviços, desde que haja nexo entre tais funções e a prática do ato, no sentido de que aquelas funções propiciaram ou facilitaram a prática deste.
- c) O ato danoso praticado em estado de necessidade é considerado ato lícito. Conseqüentemente, não gera o dever de reparar o dano por quem o cometeu, mesmo que a vítima não tenha dado causa à situação de perigo.
- d) O ato de terceiro constitui causa de exclusão do nexo de causalidade, o que afasta a responsabilidade civil. Tal situação é considerada causa excludente tanto da responsabilidade extracontratual como da contratual, como exemplificativamente no caso do contrato de transporte.

39) Sobre os princípios que regem o processo penal é correto afirmar que:

- a) no Brasil prevalece a publicidade absoluta, também conhecida como popular;
- b) a ampla defesa é aplicável apenas aos feitos da competência do Tribunal do Júri;
- c) as decisões judiciais, de regra, não devem ser fundamentadas;
- d) o contraditório deve ser observado apenas em relação à defesa, não alcançando a acusação.



ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

40) Assinale a alternativa correta:

- a) a autoridade policial tem, como regra, 20 (vinte) dias para concluir o inquérito policial estando o investigado solto;
- b) a ação penal pública condicionada à representação apresenta o ofendido como titular;
- c) a ação penal privada é indivisível;
- d) tendo o Ministério Público solicitado a devolução dos autos à delegacia de origem, é facultado à vítima propor uma ação penal privada subsidiária da pública.

41) Imagine a seguinte situação hipotética: Rambo, major da polícia militar do estado do Ceará foi denunciado como sendo o autor de um crime de roubo, delito este definido no artigo 242 do Código Penal Militar- CPM. A competência para julgar o tal oficial será:

- a) da justiça militar estadual;
- b) da justiça comum estadual;
- c) da justiça militar federal;
- d) do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

42) Acerca da prisão cautelar e da liberdade provisória é incorreto afirmar que:

- a) a prisão cautelar é gênero, sendo espécies: a prisão em flagrante, a prisão preventiva e a prisão temporária;
- b) a prisão preventiva pode ser decretada pelo delegado de polícia, desde que durante o inquérito policial;
- c) a prisão temporária só pode ser imposta pelo juiz, tão somente na fase investigatória;
- d) a tortura é crime inafiançável.

43) Honestino de Nelson, advogado, foi aprovado em concurso público para Auditor Fiscal da SEFAZ. No dia 13 de maio de 2013 foi publicada sua nomeação para o cargo, tendo sido designado no ato de nomeação a posse e o início do exercício para o dia 30 daquele mês e ano. No dia 20 de maio de 2013 Honestino de Nelson se dirigiu a uma grande loja de departamento localizada em seu bairro e em conversa com Virgulino da Silva, proprietário da mesma, exibindo seu ato de nomeação como Auditor Fiscal da SEFAZ, exigiu o pagamento de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para não efetuar qualquer autuação fiscal na referida loja. Honestino de Nelson, no exercício de sua advocacia, tinha conhecimento que o proprietário da citada loja era um contumaz sonegador. Virgulino da Silva não comungando com aquela indevida vantagem, não efetuou o pagamento desejado. Neste caso:

- a) Honestino de Nelson praticou o crime de corrupção passiva;
- b) A conduta de Honestino de Nelson é atípica, considerando que ele ainda não havia tomado posse e entrado em exercício no cargo de Auditor Fiscal da SEFAZ;



ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

- c) O delito praticado por Honestino de Nelson não se consumou, considerando que o proprietário da loja, Virgulino da Silva, não efetuou o pagamento exigido;
- d) Honestino de Nelson praticou um crime de concussão;

44) Joana Macedo, estudante, solteira, com 18 anos de idade, após uma gravidez indesejada, teve seu filho e entregou o rebento para sua mãe de nome Zilda Macedo. Esta, querendo esconder a “vergonha” da filha, se dirigiu ao Cartório de Registro Civil da cidade e registrou a criança como sua. Neste caso:

- a) Zilda Macedo praticou um crime de falsidade ideológica;
- b) Zilda Macedo praticou um crime contra o estado de filiação;
- c) Zilda Macedo não praticou crime nenhum, pois sua conduta foi por motivo de reconhecida nobreza, sendo o caso de perdão judicial;
- d) Joana Macedo é coautora no crime praticado por Zilda Macedo;

45) Assinale a opção correta com relação aos crimes de falsidade documental.

- a) De acordo com expressa previsão legal, constitui crime de falsidade ideológica a conduta de atestar ao juiz da execução penal a prestação de serviço para fins de remição de pena quando, na verdade, não houve prestação de serviço pelo condenado.
- b) Comete o crime de falsidade ideológica, ou moral, aquele que presta declaração falsa sobre o valor da contribuição previdenciária devida.
- c) A tipificação do crime de falso reconhecimento de firma ou letra, crime próprio com relação aos sujeitos ativo e passivo, visa tutelar a fé pública, não sendo admitida a modalidade culposa desse crime.
- d) Aquele que apresenta a autoridade judicial carteira de trabalho com sua fotografia, mas na qual conste o nome de seu irmão gêmeo, pratica o crime de uso de documento falso particular.

46) Anderson da Luz, agente de polícia civil, lotado na 12ª DP, tomando conhecimento que havia dinheiro apreendido de particular na gaveta do Delegado, apreensão essa por força de prisão em flagrante, resolve, contando com a colaboração de Torres Júnior, seu amigo particular que frequentava diariamente a delegacia, subtrair referido numerário para ser dividido entre ambos. Neste caso:

- a) Anderson Luz e Torres Júnior praticaram um crime de peculato;
- b) Anderson Luz praticou um crime de peculato e Torres Júnior praticou um crime de furto, já que não é funcionário público;
- c) Anderson Luz praticou um crime de furto e não de peculato, já que não tinha a posse em razão do cargo do dinheiro subtraído ;



ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

d) Anderson Luz e Torres Júnior praticaram um crime de furto, jamais de peculato, já que o dinheiro subtraído pertencia a um particular, não se tratando, portanto, de dinheiro ou bem público.

47) (TJ-PR - 2012 - TJ-PR - Assessor Jurídico) Relativamente às disposições sobre os crimes contra a organização do trabalho, assinale a alternativa correta.

a) Os crimes contra a organização do trabalho estão tipificados apenas pela Consolidação das Leis do Trabalho e pelas Convenções da Organização Internacional do Trabalho.

b) Frustrar, mediante fraude ou violência, direito assegurado pela legislação do trabalho é crime punível com detenção de um ano a dois anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

c) Invadir ou ocupar estabelecimento industrial, comercial ou agrícola, com o intuito de impedir ou embaraçar o curso normal do trabalho, caracteriza o crime de paralisação de trabalho de interesse coletivo.

d) Cometerá o crime de exercício ilegal de profissão legalmente regulamentada aquele que exercer atividade de que está impedido por decisão administrativa.

48) (CESPE - 2012 - TJ-AL - Analista Judiciário - Área Judiciária) Com relação à representação, como condição de procedibilidade da ação penal pública nos casos expressos em lei, no tocante à prescrição e ao perdão, assinale a opção correta.

a) O perdão, nos crimes cuja ação é de iniciativa privada, seja expresso, seja tácito, anterior ou posterior à instauração da ação penal, aproveita a todos os querelados mesmo que concedido a somente um deles, mas, se concedido por um dos ofendidos, não prejudica o direito dos demais de dar prosseguimento à ação penal.

b) O crime de injúria é passível de perdão do ofendido, mas a ele não se aplica o perdão judicial.

c) O prazo prescricional, embora sujeito a causas interruptivas, impeditivas ou suspensivas, é improrrogável, devendo ser contado do mesmo modo como se conta o prazo de cumprimento da pena privativa de liberdade.

d) São causas interruptivas do curso da prescrição, entre outras, a decisão confirmatória da pronúncia, o acórdão confirmatório da condenação prolatada em primeira instância, o início do cumprimento da pena e a publicação da sentença condenatória.

49) Quanto à forma e à prova dos atos jurídicos, é INCORRETO afirmar:

a) A prova não supre a ausência do título de crédito, ou do original, nos casos em que a lei ou as circunstâncias condicionarem o exercício do direito à sua exibição.

b) Os livros e fichas dos empresários e sociedades provam contra as pessoas a que pertencem, e, em seu favor, quando, escriturados sem vício extrínseco ou intrínseco, forem confirmados por outros subsídios.



ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

- c) Salvo os casos expressos, a prova exclusivamente testemunhal só se admite nos negócios jurídicos cujo valor não ultrapasse o décuplo do maior salário mínimo vigente no País ao tempo em que foram celebrados.
- d) As presunções, que não as legais, são admitidas nos casos em que a lei exclui a prova testemunhal.

50) Quanto à prescrição, é correto afirmar:

- a) A prescrição intercorrente foi admitida pelo Código Civil vigente, sendo verificada pela inércia continuada e ininterrupta do autor do processo já iniciado, durante um tempo suficiente para a ocorrência da própria perda da pretensão.
- b) A prescrição aplica-se aos direitos potestativos.
- c) A prescrição pode ser estabelecida por lei ou pela vontade contratual.
- d) Se a prescrição for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, mas o Juiz não pode suprir a alegação.